

**CENTRAD Holding S.A.**  
CNPJ/MF: 18.569.416/0001-90

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>				
em 31 de dezembro Em milhares de reais				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1		122	2.490
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)			35.699	31.013
Estoques (Nota 8)			14.855	18.723
Outros ativos			1.924	1.629
	1		52.600	53.855
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Aplicação financeira (Nota 9)			8.630	20.726
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)			1.282.626	991.610
			1.291.256	1.012.336
Investimento (Nota 10)	313.596	227.330		
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	12.600			
Imobilizado			58	56
	326.196	227.330	1.291.314	1.012.392
	326.197	227.330	1.343.914	1.066.247
<b>Total do ativo</b>				

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Circulante</b>				
Financiamentos (Nota 11)			30.407	
Debêntures (Nota 11)			13.360	1.084
Fornecedores e outras contas a pagar			50	677
Obrigações sociais e trabalhistas			636	626
Impostos, taxas e contribuições			995	39
			45.448	2.426
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (Nota 11)			692.458	617.815
Debêntures (Nota 11)			114.142	108.680
Tributos sobre contraprestação (Nota 12(a))			73.719	57.779
Tributos diferidos (Nota 12 (b))			91.950	52.217
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 13)	12.600		12.600	
	12.600		984.869	836.491
<b>Patrimônio líquido (Nota 14)</b>				
Capital social	126.110	118.060	126.110	118.060
Reservas de lucros	187.487	109.270	187.487	109.270
	313.597	227.330	313.597	227.330
	326.197	227.330	1.343.914	1.066.247
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE</b>				
Exercícios findos em 31 de dezembro				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Operações continuadas</b>				
Receitas líquidas (Nota 15)			279.367	455.453
Custos de construção (Nota 16)			(110.580)	(334.389)
<b>Lucro bruto</b>			168.787	121.064
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)		(1)	(6.073)	(5.980)
Resultado de participação societária (Nota 10)	78.216	79.487		
<b>Lucro operacional</b>	78.216	79.486	162.714	115.084
Resultado financeiro, líquido (Nota 18)	1		(44.206)	5.350
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	78.217	79.486	118.508	120.434
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)			(40.291)	(40.948)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	78.217	79.486	78.217	79.486
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	78.217	79.486	78.217	79.486
Lucro básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação) (Nota 19 (a))	0,63	0,67		

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual o resultado abrangente e o lucro líquido apresentaram os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Em milhares de reais							
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reservas de lucros			Total
				Reserva de realização de investimento	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	
<b>Em 1º de janeiro de 2014</b>	118.060	1.489	7.074	21.221			147.844
Lucro do período exercício						79.486	79.486
Transações com acionistas:							
Constituição de reservas		3.974	18.878	56.634		(79.486)	
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	118.060	5.463	25.952	77.855			227.330
Lucro do exercício						78.217	78.217
Transações com acionistas:							
Aumento de capital social (Nota 14 (a))	8.050						8.050
Constituição de reservas		3.911	18.577	55.729		(78.217)	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	126.110	9.374	44.529	77.855	55.729		313.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2015 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**1 Informações gerais**  
A CENTRAD Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 4 de junho de 2013, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, primordialmente na Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. ("CENTRAD") na forma do Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada ("PPP") nº 01/2008 e do respectivo Contrato de Concessão. A Companhia detém 100% das ações da controlada direta CENTRAD, que tem sua sede em Brasília, Distrito Federal e detém o contrato de concessão com o Governo do Distrito Federal ("GDF"), cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF. O prazo de vigência do contrato de concessão da controlada direta CENTRAD é de 22 anos contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 21 anos, considerando o início da operação. Até 31 de dezembro de 2015, foi efetuada a entrega parcial de 31,41% (não revisado) referente à FASE I do empreendimento. O Centro Administrativo do Distrito Federal encontra-se com cerca de 97% (noventa e sete por cento) de avanço físico das obras concluídas, sendo que os 3% (três por cento) restantes aguardam a aprovação e assinatura de aditivo ao Contrato de Concessão em razão do pedido unilateral de alteração de escopo promovido pelo Poder Concedente. Adicionalmente, o Poder Concedente está avaliando as medidas necessárias que possibilitarão o início da ocupação do Centro Administrativo. Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram tomadas medidas legais em determinadas empresas do Grupo Odebrecht, sem incluir a Companhia e suas controladas. Desta forma, e até o presente momento, a Administração entende que tais investigações não afetarão significativamente as atividades da Companhia e suas controladas.

**(a) Alteração de controle da Companhia**  
Em 14 de novembro de 2014, a OP Centro Administrativo S.A. ("OP CENTRAD") e a Via Engenharia S.A. ("VIA") assinaram o primeiro aditamento ao acordo de acionistas no qual decidiram compartilhar o controle da Companhia, sem alteração do percentual. A partir desta data, a Companhia deixa de ser controlada diretamente pela OP CENTRAD e indiretamente pela Odebrecht Properties Parcerias S.A. ("OP Parcerias"). As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 03 de abril de 2016.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação**  
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

**2.2 Consolidação**  
**(a) Controladas e consolidadas**  
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controlada uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as controladas e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e sua controlada. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, na qual é mantida a seguinte participação acionária direta:

Controlada direta	País	Participação no capital social (%)	
		2015	2014
CENTRAD	Brasil	100	100

**(b) Demonstrações financeiras individuais**  
Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.

**2.3 Caixa e equivalente de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.4 Ativos financeiros**  
**2.4.1 Classificação**  
A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração**  
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Ativo financeiro da concessão" e "Aplicação financeira" (Notas 6, 7 e 9, respectivamente). **2.4.3 Impairment de ativos financeiros**  
A Companhia e sua controlada avaliam, na data do balanço, se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5 Ativo financeiro da concessão**  
O ativo financeiro da concessão representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o GDF, por intermédio da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (Nota 1), reconhecido pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do PoderConcedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo. O ativo financeiro da concessão, com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, está representado no ativo circulante, sendo que o recebimento integral dos valores está estimado para ocorrer no período de 21 anos, contados a partir da entrega primeira fase da infraestrutura. O saldo do ativo financeiro da concessão é inicialmente registrado pelo seu valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado (Nota 2.13 (c)).

**2.6 Estoques**  
Os saldos são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada. Os estoques contemplam os materiais destinados à construção e manutenção. **2.7 Aplicação financeira**  
A aplicação financeira é registrada inicialmente a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Inclui contas garantidas para cobertura do financiamento contratado. Esta conta reserva não possui liquidez imediata e pode ser movimentada apenas mediante autorização do banco financiador. **2.8 Financiamentos e debêntures**  
São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9 Fornecedores e outras contas a pagar**  
Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos Negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática o valor justo não difere do valor faturado pelos fornecedores em função do prazo médio de pagamento. **2.10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12 (c)).

**2.11 Tributos sobre contraprestação**  
Os tributos sobre a contraprestação contemplam o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") às respectivas alíquotas 0,65%, 3% e 2%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e atualização do ativo financeiro, sendo que o reconhecimento ocorre mensalmente na demonstração do resultado do período, e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. **2.12 Benefícios a empregados**  
**Obrigações de aposentadoria**  
A controlada direta CENTRAD mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida junto a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A., constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporeciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas às contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. **2.13 Reconhecimento da receita**  
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A controlada direta CENTRAD reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da controlada. A controlada direta CENTRAD baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. **(a) Receita de contratos de construção**  
A receita de construção da controlada direta CENTRAD foi estimada considerando os gastos incorridos pela controlada na formação da infraestrutura e a respectiva margem de construção, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da controlada na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública, uma vez que a controlada direta CENTRAD adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o método de custo acrescido da margem, mediante incorporação da margem de construção de 0,7% somados a alíquota de 5,65% dos impostos incidentes sobre a receita e aplicados aos respectivos custos incorridos no mês de competência. As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo a receber em virtude dos serviços prestados, por referência ao estágio de conclusão da construção. A contrapartida da receita de construção é o ativo financeiro da concessão. **(b) Receita financeira**  
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A controlada direta CENTRAD somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 18). **(c) Atualização de ativo financeiro da concessão**  
A receita de atualização do ativo financeiro da concessão representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro da concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva de 1,3% ao mês sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da controlada direta CENTRAD. **2.14 Lucro por ação**  
A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (Nota 19). **2.15 Provisão para contingências**  
As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a controlada direta CENTRAD tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança. A controlada direta CENTRAD é parte envolvida em processos civis, em andamento, e a avaliação de risco está amparada por seus assessores legais externos. **2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor**  
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a controlada direta CENTRAD. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**  
Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão a seguir.

**(a) Reconhecimento de Receita**  
Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a controlada direta CENTRAD utilizou o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela Administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. **4 Gestão de risco financeiro**  
**4.1 Fatores de risco financeiro**  
A Companhia e sua controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(a) Risco de liquidez**  
É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(b) Risco com taxas de juros**  
O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(c) Risco de crédito**  
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **4.2 Gestão de capital**  
Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira consolidado em 31 de dezembro, pode ser assim sumariados:

	2015	2014
Total de financiamentos e debêntures (Nota 11)	850.367	727.579
Menos:		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(122)	(2.490)
Aplicação financeira (Nota 9)	(8.630)	(20.726)
Dívida líquida	841.615	704.363
Total do patrimônio líquido	313.597	227.330
Total do capital	1.155.212	931.693
Índice de alavancagem financeira - %	73	76

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	2015	2014
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	122	2.490
Aplicação financeira	8.630	20.726
Ativo financeiro da concessão	1.318.325	1.022.623
	1.327.077	1.045.839
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos	722.865	617.815
Debêntures	127.502	109.764
Fornecedores	50	677
	850.417	728.256

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	2015	2014
<b>Consolidado</b>		
Caixa e bancos	122	294
Aplicações financeiras	122	2.490
	244	2.784

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	78.217	79.486	118.508	120.434
Ajustes:				
Depreciação			17	15
Provisão de juros e amortização dos custos de transação financeira (Nota 11)			143.080	81.592
Atualização do ativo financeiro (Nota 15)			(178.018)	(125.664)
Margem de construção			(827)	(2.499)
Tributos sobre a atualização do ativo financeiro			10.058	7.099
Resultado de equivalência patrimonial	(78.216)	(79.487)		
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações:</b>	1	(1)	92.818	80.977
Variação dos ativos e passivos:				
Ativo financeiro da concessão			(110.188)	(334.389)
Estoques			3.868	3.573
Outros ativos			(317)	(947)
Fornecedores e outras contas a pagar			(627)	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES**  
financeiras em 31 de dezembro de 2015 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos****(a) Tributos sobre a contraprestação**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
ISS	25.586	20.452		
PIS	8.571	6.647		
COFINS	39.562	30.680		
	<u>73.719</u>	<u>57.779</u>		

**(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
Ativo (passivo) fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa	2.287	2.526		
Adição do custo de construção (i)	331.852	(54.743)		
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (i)	<u>(426.089)</u>	<u>(91.950)</u>	<u>(426.089)</u>	<u>(52.217)</u>
Ativo fiscal diferido - não circulante	334.139	278.573		
Passivo fiscal diferido - não circulante	<u>(426.089)</u>	<u>(330.790)</u>	<u>(426.089)</u>	<u>(330.790)</u>
	<u>(91.950)</u>	<u>(52.217)</u>		

(i) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, que ocorrerão ao longo do contrato de concessão.

**(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
Lucro antes de imposto	118.508	120.435		
Imposto de renda e contribuição social	(40.293)	(40.498)		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	24			
Ajuste de imposto de renda e contribuição social de exercício anterior	(22)			
Encargo fiscal	<u>(40.291)</u>	<u>(40.498)</u>		

**13 Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou R\$ 12.600 referente à AFAC realizado pelas acionistas VIA e OP CENTRAD. O montante de R\$ 12.600 foi enviado para posterior aumento de capital da controlada direta CENTRAD. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

**14 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

Em 19 de março de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 1.800, com a emissão de 1.800.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 900 pela acionista OP CENTRAD e R\$ 900 pela acionista VIA, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 16 de abril de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 6.250, passando dos R\$ 119.860 para R\$ 126.110, com a emissão de 6.250.164 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 3.125 pela OP CENTRAD e R\$ 3.125 pela VIA, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social e a composição acionária da Companhia está representada conforme a seguir:

	2015		Patricipação (%)
	Capital	Ações Nominativas	
OP Centro Administrativo S.A.	63.055	63.055.069	50
Via Engenharia S.A.	63.055	63.055.069	50
	<u>126.110</u>	<u>126.110.138</u>	<u>100</u>

**(b) Reservas de lucro**

Em 31 de dezembro de 2015, as reservas de lucro foram constituídas da seguinte forma:

**(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A Companhia constituiu, em 2015, a reserva legal no valor de R\$ 3.911 (2014 - R\$ 3.974). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(ii) Reserva especial**

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Entretanto, e na prerrogativa do artigo 176 parágrafo 3, conforme orçamento da Companhia, a Administração propôs a retenção dos dividendos mínimos obrigatórios relativos a lucros realizados no montante de R\$ 18.577 (2014 - R\$ 18.878), em reserva especial.

**(iii) Reserva de realização de investimentos**

A Administração da Companhia seguindo instruções do acionista, constituiu essa reserva em 2014 no montante de R\$ 56.635, excedente da destinação do resultado, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

**(iv) Reserva de lucros a realizar**

A Administração da Companhia, seguindo instruções do acionista, constituiu esta reserva em 2015 no montante de R\$ 55.729. Esta reserva é constituída com base em lucros não realizados.

**15 Receitas líquidas**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
<b>Receita bruta</b>				
Receita de construção	118.078	357.063		
Atualização do ativo financeiro - ICPC01	178.018	125.664		
Impostos e contribuição sobre serviço	<u>(16.729)</u>	<u>(27.274)</u>		
	<u>279.367</u>	<u>455.453</u>		

**16 Custos de construção**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
Custo de serviços - subempreiteiros	(7.603)	(183.725)		
Material aplicado na obra	(4.838)	(54.696)		
Juros sobre empréstimo (Nota 11)	(96.527)	(81.591)		
Amortização do custo de transação	(1.612)	(13.890)		
Outros		(487)		
	<u>(110.580)</u>	<u>(334.389)</u>		

**17 Despesas gerais e administrativas**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
Gastos com pessoal	(3.543)	(4.075)		
Auditoria, consultoria e assessorias	(1.498)	(833)		
Despesas administrativas	(658)	(333)		
Outros	(374)	(739)		
	<u>(6.073)</u>	<u>(5.980)</u>		

**18 Resultado financeiro, líquido**

	2015	2014	Consolidado	Consolidado
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	927	5.498		
Despesas financeiras				
IOF sobre operações financeiras	(50)	(104)		
Despesas bancárias	(4)	(44)		
Juros financeiros	(120)			
Juros sobre empréstimos	(44.203)			
Amortização do custo de transação	(738)			
Impostos sobre operações financeiras	<u>(18)</u>			
	<u>(45.133)</u>	<u>(148)</u>		
	<u>(44.206)</u>	<u>5.350</u>		

**19 Lucro por ação****(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		
titulares de ações ordinárias	78.217	79.486
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>123.899</u>	<u>118.060</u>
Lucro básico por ação	<u>0,63</u>	<u>0,67</u>

**20 Honorários da administração**

A remuneração paga aos Administradores da controlada direta CENTRAD, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizou o montante de R\$ 942 (2014 - R\$ 843).

**21 Seguros – consolidado**

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura
Garantia da concessão, tendo como objeto, a outorga da parceria publico privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, relacionados a não entrega da infraestrutura do Centro Administrativo.	17.375
Garantia da Concessão, tendo como objeto, a outorga da parceria publico privada (PPP).	Risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, relacionados aos compromissos de operação e manutenção do Centro Administrativo.	60.275
Riscos Operacionais	Riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura incluindo alagamentos, danos elétricos, desmoronamento, reparos e reformas, entre outros	425.700
	Danos corporais e/ou materiais causados a terceiros, assim como danos morais.	50.000
Responsabilidade Civil Geral		por evento

**DIRETORIA**

**ROBERTO DE MENDONÇA BRAGA**  
Diretor Geral

**MARCO ANTONIO LOPES**  
Diretor administrativo e financeiro

**ROBERTO DE MENDONÇA BRAGA**  
Diretor de Operações

**CONTADOR**

**MÁRIO DESTRO FILHO**  
CRC SP – 122117-T/DF